

pela poética cabralina, metáfora de toda proposta do estruturalismo literário de Costa Lima: "será ilegítimo considerarmos a assimetria da estrutura profunda isocrônica à poesia da antilira? Não, é mesmo por se querer antilírico que o poema se faz assimétrico, na presunção de que o ritmo do equilíbrio é, pelo menos para a consciência do homem contemporâneo, um encanto de paralisia".¹⁶

A releitura do estruturalismo — lévi-straussiano em particular — detectando os limites da teoria e do método, será, contudo, efetuada de maneira exemplar no ensaio "Estruturalismo e crítica literária", incluído em Teoria da literatura em suas fontes, onde o crítico pondera sobre as consequências advindas da ausência, na abordagem literária, da figura do receptor e da história. Esse olhar sempre atento à diferença e aos obstáculos epistemológicos impede afirmar que o trajeto analítico de Costa Lima esteja marcado por uma linha contínua de pensamento. O ensaísta não cansa de alertar para as diferenças e os recortes históricos peculiares a toda e qualquer teoria.

FICÇÕES

"Em vez de um sujeito, pura e transparente máquina mental, passei mais modestamente a ~~conceber~~ um sujeito vigilante quanto à sua própria subjetividade, vigilância suficiente apenas para eliminar sua auto-referencialidade, seu magistral narcisismo; incapaz contudo de ultrapassar sua pessoalidade. Neste sentido, a

¹⁶ LIMA, A metamorfose do silêncio, p.126.

construção analítica é também construção do sujeito analista. Mas construção a partir de um umbigo, que permanece sempre o mesmo."

Costa Lima

A passagem do sujeito "máquina mental" do estruturalismo para o "sujeito vigilante" da fase atual, corresponde, em Costa Lima, à mudança processada não apenas na figura do enunciador, como no tratamento e tematização do objeto de estudo. O veto ao sujeito respondia à necessidade de "suspensão do juízo", em favor da neutralidade interpretativa, isolando-se, para tal, as questões relativas à própria construção da análise. Colocando a produção artística em posição de maior importância do que a recepção, recalcava-se a figura do sujeito como criador do saber enunciativo. O narcisismo do crítico fazia-o esquecer que era na condição de leitor — sujeito que fala de determinado lugar histórico — que construía a interpretação do texto. Se, como afirma Costa Lima, Lévi-Strauss não se interessava pela interpretação do mito pelo falante, uma vez que iria apenas dizer do modelo consciente da sociedade, tal posição refletia o deslocamento do destinatário para segundo plano, restando, somente, a voz autoritária do pesquisador.¹⁷ A percepção do modelo inconsciente do mito ficaria sob a única responsabilidade de um leitor privilegiado, capaz de distinguir a diferença entre as representações sociais. Dessa forma, as manifestações "conscientes" do destinatário se distanciavam da leitura simbólica do objeto, praticada por esse "sujeito máquina mental".

¹⁷ Cf. LIMA, Estruturalismo e crítica literária, p.246.

O autor irá concluir que a prática metodológica de Lévi-Strauss, pela diferença de objeto, deixava sem resposta as várias questões da literatura, uma vez que o leitor de ficção não se confunde com o informante do mito, e que não se concebe a obra literária sem a concorrência efetiva do leitor. O contato de Costa Lima com teóricos da recepção e do efeito marca a transformação entre literatura e história, com a reintegração da figura do receptor.

O discurso ficcional, passando pelo crivo da recepção histórica, deixa de ser definido com base somente na sua produção (como se dava no estruturalismo lévi-straussiano), abrindo-se para uma interpretação comunicacional, pela interação entre texto e leitor. Rompe-se, mais deliberadamente, com o caráter imanentista do texto e recupera-se o horizonte de uma nova história, participante ativa na caracterização do ficcional. Na tentativa de se reconstituir historicamente a recepção literária, Costa Lima privilegia o estatuto da diferença frente aos outros discursos, seja quanto à modalidade discursiva ou às particularidades contextuais.

Essa postura crítica tem como coordenada a "desistoricização da História", o repúdio ao seu modelo continuísta e totalizante, determinado por uma estrutura positivista de causa e efeito. Os novos estudos históricos, inaugurados pela Escola Francesa dos Annales, compreenderam a importância da interdisciplinaridade, reconhecendo nos outros discursos (psicanalítico, social, literário), elementos capazes

de também contribuir para a explicação dos fatos históricos.¹⁸

Afirmar, contudo, que a história, a subjetividade e o indivíduo estiveram ausentes das pesquisas ligadas ao estruturalismo, não corresponderia à realidade, uma vez que esses elementos foram vetados e domesticados pelos próprios sujeitos-analistas. A suspensão da subjetividade corresponde ainda à da história e do indivíduo, por ameaçarem a ordem prevista por determinada estrutura de pensamento, que controlava, inconscientemente, a evasão de temas dessa natureza.¹⁹

A opção de Costa Lima pelos estudos de história se evidencia na sua admiração pela obra de Auerbach, teórico que sempre soube ler o contexto social no qual as obras se inseriam, aprendendo, com Vico, que a poesia não se desvincula da história: "Meu propósito é sempre o de escrever história"²⁰. No capítulo dedicado ao mestre alemão, "Auerbach: história e metaistória", contido em *Sociedade e discurso ficcional*, revela-

¹⁸ Cf. LIMA, Teoria da literatura em suas fontes, p.455.

¹⁹ A título de ilustração, verifica-se que os novos caminhos da Antropologia, assinalados em artigo recente de Roberto Cardoso de Oliveira, permitem situar a transformação que se processa, atualmente, no campo das Ciências Humanas: "a subjetividade que, liberada da coerção da objetividade, toma sua forma socializada, assumindo-se como intersubjetividade; o indivíduo, igualmente liberado das tensões do psicologismo, toma sua forma personalizada (portanto o indivíduo socializado) e não teme assumir sua individualidade; e a história, desvencilhada das peias naturalistas que a tornavam totalmente exterior ao sujeito cognoscente, pois dela se esperava fosse objetiva, toma sua forma interiorizada e se assume como historicidade." OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. A categoria de (des)ordem e a pós-modernidade da Antropologia. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de et alii. Pós-Modernidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. p.25.

²⁰ LIMA, *Sociedade e discurso ficcional*, p.383.

se o próprio caminho trilhado por Costa Lima, sua posição frente à literatura e à história, na qual Auerbach ocuparia o lugar de iniciador. Nesse texto sobre Auerbach, o ensaísta deixa transparecer sua predileção pelas idéias iluminadoras do mestre, endossando-as completamente:

"Encarar historicamente a poesia não significava, como então era freqüente e não deixou de ser em nossos dias, vê-la 'de fora', i.e., em seu serviço ou em sua correspondência com as instituições sociais, nem tampouco 'de dentro', como prova de superioridade individual e de virtuosismo verbal. Significava, sim, identificar a linha sinuosa pela qual a voz do poeta pertence à alteridade sócio-cultural e a alteridade nela se formula."²¹

Os limites da teoria mimética de Auerbach se prendem à atitude frente à história — considerada ainda sob a perspectiva continuísta — e à postura humanística tributária do conceito de mimesis como "categoria adjetiva, a serviço da experiência da individualidade", demonstrando, portanto, a crença na manutenção do indivíduo como núcleo de identidade.

Aberta a via pela lição de Auerbach, Costa Lima, na trilogia, centraliza o foco de atenção na historicidade do conceito de ficcional e de seu controle pelos discursos racionalistas, interpretando os textos que oferecem condições de se analisarem a recepção e a constituição do ficcional moderno. No exame das diversas formas de controle impostas à ficção, pretende reconstituir a presença da historicidade do sujeito moderno (iniciada no final da Idade Média), constatando-se que a

²¹ LIMA, Sociedade e discurso ficcional, p.384.

descoberta da razão orientadora corresponde ao surgimento do sujeito individual. Por essa razão, o estudo do discurso autobiográfico não tem como objetivo principal o estabelecimento de características próprias a esse discurso, mas a descrição das *condições históricas* de surgimento da autobiografia, época em que "o indivíduo se encontra perante si mesmo". A caracterização do gênero se realiza segundo critérios ligados à existência paralela da noção de indivíduo na história, não se contentando apenas com explicações de ordem interna e desprovidas de contextualização. Na Idade Média, por exemplo, desconhece-se o gênero autobiográfico, uma vez que a noção de indivíduo, nessa época, não havia ainda se formado.

Munido de vastas documentação histórico-literária sobre o controle do imaginário, da Idade Média aos dias atuais, Costa Lima pretende descrever a constituição do ficcional enquanto fenômeno próprio da Modernidade e como inscrição do sujeito autoral. Recorta tematicamente esse longo período, além de reconhecer a larga extensão de seu projeto e as lacunas que provavelmente existirão. Declara, também, ser a trilogia matéria-prima para ulterior teorização dos conceitos de ficção, mimesis e imaginação, tendo efetuado um "aflorescimento" do tema do controle ao imaginário, por não pretender esgotar a questão:

"O preço pago pela confiança na hipótese do controle foi a afrontosa certeza que, por mais que fizesse, jamais me aproximaria de exaurir o tema. O possível júbilo em haver encontrado um caminho viável e novo se convertia, na sensação de inevitável falência. Do que se poderia ser dito não houve mais que um aflorescimento. Seria preciso que outros, conhecedores, do que desconheço, testassem a hipótese noutros

períodos ou a propósito doutros autores ou com ela fizessem o que sequer imagino. Sabê-lo significa retirar da sensação de falência o sentimento de fracasso. No momento em que é encerrada esta etapa a palavra exata é apenas: o que foi feito não passou de um afloramento."²²

O ensaísta, quando descreve o controle do imaginário e o surgimento do ficcional na Modernidade, a partir do paradigma inicial, amplia o projeto da fase estruturalista, no qual o discurso literário era considerado como pertencente a uma família de discursos (de "representação"), incluindo-se aí o onírico e o mítico.

A definição do ficcional se concretiza com a ajuda de outros componentes, tais como a recepção e a contextualização histórica. Mapear essa recepção fornece subsídios para a definição do termo, abandonando-se o preconceito universalista e englobante, capaz de rotular discursos sem a existência de uma prévia caracterização das diferenças particularizadas.

O autor empreende um projeto moderno de teorização da literatura ao caracterizar o ficcional como o traço de diferença em relação a outras manifestações discursivas, além de fixar, com rigor, as barreiras interdisciplinares. Com Cervantes (Don Quijote), instaura-se o surgimento do ficcional da Modernidade, a partir da negação da fantasia indiscriminadora — reinado do fictício — e do questionamento das verdades comunitárias.²³

Produto da diferença, o ficcional irá se distinguir dos demais discursos que se caracterizam pela produção da

²² Cf. Posfácio ao Controle do imaginário.

²³ LIMA, Sociedade e discurso ficcional, p.62.

semelhança. Costa Lima, na tentativa de melhor tematizar essa diferença, assinala as variadas maneiras de sua manifestação: a) nas diferentes formas da tematização do imaginário: ficcional x fictício; b) na tematização perceptual e do imaginário: ficcional x documental; c) no critério de verdade: o ficcional questiona a verdade estabelecida; d) na questão enunciativa: o ficcional se distingue de outros discursos pelo grau de encenação e distanciamento do eu. A sua definição de discurso ficcional encaixa-se perfeitamente no critério da diferença como divisor de águas entre os demais discursos:

"O discurso ficcional aparece como o resultante de uma produção da diferença, sujeita a uma tematização do imaginário, que se caracteriza como uma territorialidade não documental, prazerosa e questionadora da 'verdade' socialmente estabelecida."²⁴

O rigor com que diferencia os discursos está em perfeita coerência com o seu projeto teórico, evidenciado em todos os seus escritos: a necessidade de não confundir crítica literária com ficção e de apontar, nas trocas interdisciplinares, o risco de tornar semelhante o diferente, mantendo fluidas as marcas discursivas de cada texto.²⁵

²⁴ A distinção entre "fictício" e "ficcional", no caso de Don Quijote, está expressa nesta passagem de Sociedade e discurso ficcional: "Contra a ingenuidade suposta pelo fictício, alimentando-se da ilusão indiscriminadora de seu território quanto ao da verdade, o ficcional moderno se alimenta da ironia, do distanciamento, da constituição de uma complexidade que, sem afastar o leitor comum, não se lhe entrega como uma forma de ilusionismo". LIMA, Sociedade e discurso ficcional, p.58.

²⁵ LIMA, Clio em questão: a narrativa na escrita da História.

No entanto, cumpre admitir que maior flexibilidade na consideração desses discursos, como na posição do sujeito-autor da enunciação, permitiriam melhor intercâmbio entre a produção ensaística e a literária, percebendo-se aí semelhanças e distinções enunciativas. Pelo fato de a ficção ser objeto de análise da crítica literária e manter com ela uma convivência contínua, possibilita o entrelaçar de elos discursivos, dotando o texto teórico de marcas ficcionais, não precisando haver, necessariamente, simbiose entre as duas modalidades. Deve-se ainda ressaltar que o manuseio da linguagem, comum a ambos os discursos, incita o jogo com os signos e a inexistência de barreiras rígidas entre textos que, embora diferentes, mantêm alguma homologia de traços.

No início deste ensaio, quando se examinou o lugar do enunciador do texto crítico de Costa Lima, procedeu-se à reflexão sobre a *mise-en-scène* da subjetividade, uma das formas de caracterizar-se o ficcional, retirada do "teatro mental" de Valéry. Guardadas as devidas distâncias, torna-se possível aproximar a enunciação do texto ensaístico com a do ficcional, levando-se em conta os pontos de convergência processados no recorte enunciativo. A interrelação entre o ensaio e a ficção será posteriormente reconsiderada pelo teórico, em artigo intitulado "Persona e discurso ficcional". Reconhecendo o lugar intermediário ocupado pelo discurso memorialístico e ensaístico — leia-se Montaigne, por exemplo — Costa Lima torna-se mais tolerante quanto ao possível intercâmbio entre discursos contaminados pelo fio da ficção e pela dramatização da persona

enunciativa:

"Obras como essas (Biographia Literaria, de Coleridge, a Autobiography, de Collingwood), indicam que há outra forma para que as memórias deixem de estar a serviço da *persona* de que seriam documento. Esta outra forma, alcançada por um traçado em ziguezague entre as duas vias oblíquas e não se confundindo nem com uma, nem com outra, parece-me ser o ensaio."²⁶

Marcada ainda por determinada rigidez é a diferença entre documento e ficção, tributária de certo mal-estar do autor frente à produção brasileira que se propõe analisar. Euclides e Machado, duas realizações literárias distintas, desempenham, na perspectiva teórica de Costa Lima, o papel de figuras emblemáticas do documento e da ficção. Segundo o autor, Os Sertões seriam obra de sociologia e não de literatura, por trabalhar a mimesis de forma reprodutora, em que o discurso da realidade suplanta o ficcional: "Euclides não é um monumento da nacionalidade, porém, o seu mais expressivo (e lamentável) documento"²⁷

Machado, segundo o crítico, pelo fato de jogar com todas as manhas da encenação textual, rompe com a relação tradicional entre história e ficção e utiliza-se da matéria histórico-poética para realizar a *leitura em palimpsesto* da sociedade:

"Qualquer que seja a resposta correta, o fato é que, depositando na camada apagada do palimpsesto sua ficção corrosiva, inverteu os termos como a ficção se relacionava contemporaneamente com a História: em vez de tornar aquela submissa aos passos desta, tornou a matéria

²⁶ LIMA, Persona e sujeito ficcional, p.132.

²⁷ LIMA, O controle do imaginário, p.203.

histórico-política como fonte para seu desdobramento e radicalização."²⁸

Seria indispensável, entretanto, registrar certo radicalismo implícito na rotulação de obras "documentais" e obras "ficcionais". Aquelas, se detidamente consideradas, revelam algum caráter de ficcionalidade que se manifesta através de outras vias, de nuances de crítica social que, mesmo corroborando a sua verdade, desperta para outra vertente interpretativa. Entende-se, contudo, que toda denúncia exercida contra a ausência de espírito crítico dominante na cultura brasileira, responsável pela proliferação de textos ensaísticos e literários voltados para o documental, resume a postura peculiar de Costa Lima no horizonte cultural brasileiro.

O espírito de polêmica que domina a obra do autor se conjuga à atitude constantemente avessa à escrita da mão direita, por julgá-la, como Cabral, "demasiado sábia" e, por isso, incapaz de invenção. Ensaia a escrita da mão esquerda, no desejo permanente do desconhecido, encarnando a própria figura do outro, da alteridade construída de diferenças. Respalhado pelo discurso da negação, Costa Lima traz para o espaço crítico a polêmica encenação do saber.

²⁸ LIMA, O controle do imaginário, p.260.